



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

RECEBI O ORIGINAL

15 / 04 / 19

DANIEL AZEVEDO

IPAAM  
FL. Nº 61  
10**LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 034/19**

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

**INTERESSADO: Yutaka Sakamoto****ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:** Rua Conde de Itaguá, nº 922, Parque das Laranjeiras, Manaus-AM.**CNPJ/CPF:** 214.502.502-20**INSCRIÇÃO ESTADUAL:****FONE:** (92) 99122-6771**FAX:****REGISTRO NO IPAAM:** 1012.3101**PROCESSO Nº:** 4775.2018**ATIVIDADE:** Criação de Animais de Pequeno Porte.**LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE:** Rodovia AM 010, km 53, Margem Esquerda, Manaus-AM.**COORDENADAS GEOGRÁFICAS:**

Ponto	Latitude (S)	Longitude (W)	Ponto	Latitude (S)	Longitude (W)
P-01	2°44'4,5000"	59°52'58,9000"	P-03	2°43'4,4516"	59°52'59,7215"
P-02	2°43'4,5287"	59°53'6,3647"	P-04	2°44'6,1310"	59°52'52,0652"

**FINALIDADE:** Autorizar a operação da atividade avicultura de postura com capacidade de 25.000 bicos, em uma área de 1,40 ha inserida no imóvel denominado "Granja Yutaka Sakamoto".


**POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR:** Pequeno**PORTE:** Excepcional**DADOS DO IMÓVEL/TERRENO:**


MÓDULO(S) FISCAL (IS) DO IMÓVEL (MF) 3.8405	RESERVA LEGAL EXIGIDA (HA) 18,5787
ÁREA TOTAL DA PROPRIEDADE (HA) 38,4050	ÁREA DE USO MÚLTIPLO (HA) 18,7341
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (HA) 1,5500	ÁREA DE USO A DESMATAR (HA) -----
ÁREA DE RESERVA LEGAL (HA) 48,3795	ÁREA REMANESCENTE (HA) -----

**PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 01 ANO.****Atenção:**

- Esta licença é composta de 14 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).
- Em caso de reprodução desta, deverá ser de forma integral (frente e verso)

Manaus-AM, 15 JAN 2019

  
 Sheron Vitorino da Silva  
 Diretor Técnico

  
 Juliano Marcos Valente de Souza  
 Diretor Presidente

#### RESTRICÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO Nº 034/19

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 dias, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no processo nº. 4775.2018.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Proteger o solo da contaminação por substâncias tóxicas (combustível, óleos, graxas, inseticidas, tintas, produtos de limpeza e outros).Manter integral as Áreas de Preservação Permanente, conforme estabelecido no art. 4º da Lei nº 12.651/12.
8. Proteger a fauna, conforme estabelecido na Lei nº 5.19/67.
9. Manter integral a Área de Preservação Permanente - APP, conforme estabelecido nas Leis nº 12.651/12 e 12.727/12 e seus dispositivos regulamentadores;
10. É expressamente proibida a queima e deposição inadequada de resíduos de qualquer natureza, devendo os mesmos ser acondicionados e direcionados em local apropriado.
11. Destinar adequadamente os resíduos sólidos (lixo, inclusive de obras e/ou reforma) gerados no empreendimento.
12. A aplicação, armazenamento, acondicionamento de resíduos, embalagens e transporte de agrotóxicos, devem atender os dispostos da Lei Federal nº nº 7.802/89, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.074/02 e na Lei Estadual nº 3.803/12, regulamentada pelo Decreto nº 36.107/15.
13. O local para armazenamento de agrotóxicos e suas embalagens vazias deve ser construído em alvenaria, ter boa ventilação e iluminação natural, não permitindo o acesso de animais e pessoas não autorizadas, bem como não deve ser instalado no interior de moradias.
14. Solicitar outorga de uso de recursos hídricos para lançamento de efluentes nos termos e prazos da Portaria Normativa SEMA/IPAAM nº 12 de janeiro de 2017, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução nº 01/2016 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH.
15. Atender notificação decorrente da análise do Cadastro Ambiental Rural – CAR.